



Concurso Público

Município de Barra de São Miguel

PROVA TIPO

3

2017

MUNICÍPIO
DE BARRA DE
SÃO MIGUEL
Edital nº 01/2017



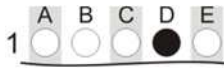
Cargo (Nível Superior – NS):

21. PROCURADOR MUNICIPAL

Provas de Português, Raciocínio Lógico
e Conhecimentos Específicos

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo **Fiscal**.
2. Antes de iniciar a prova, confira se o tipo da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da etiqueta da banca e da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique, também, se contém **50 (cinquenta)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
4. O tempo disponível para esta prova é de **4 horas**. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
5. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova depois de decorridas **2 horas** do início da aplicação.
6. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, confira seu nome, número do seu documento de identificação, tipo de prova e cargo escolhido.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra **Folha de Respostas** de questões objetivas.
8. Preencha a **Folha de Respostas** de questões objetivas utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme o modelo:

9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas** de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada, emendada ou com "X", não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica, considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal de Sala** este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** de questões objetivas, e **assine a Lista de Presença**.
14. Na sala que apresentar apenas 1 (um) Fiscal, os 3 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se da sala juntos, após a **assinatura da Ata de Encerramento** de provas.
15. **Assine** neste **Caderno de Questões** e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).

Boa Prova!

N. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):

PORTUGUÊS

QUESTÃO 01



Disponível em: <<https://tirinhasdogarfild.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 23 out. 2017.

Na tira, além de uma metáfora, observa-se a figura de linguagem

- A) comparação.
- B) eufemismo.
- C) hipérbole.
- D) gradação.
- E) antítese.

QUESTÃO 02

[...] Homens cujo estado de espírito difere drasticamente da média dos demais existem desde as épocas mais remotas – assim como tratamentos para curá-los. No entanto, por séculos, acreditava-se que a loucura era causada pela vontade dos deuses sendo, portanto, parte do destino de alguns. Fosse para punir ou até mesmo para recompensar – o Alcorão conta como Maomé achava veneráveis os loucos, **já que** tinham sido abençoados com loucura por Alá, que lhes tirava o juízo para que não pecassem – fato é que a loucura estava associada com a ideia de destino e participava da vida social assim como outras formas de percepção da realidade. “A definição de loucura em termos de ‘doença’ é uma operação recente na história da civilização ocidental”, escreveu João Frayze-Pereira, no livro *O que é a loucura*.

[...]

Disponível em: <<https://super.abril.com.br/saude/louco-eu/>>. Acesso em: 18 out. 2017.

A conjunção em destaque **já que** estabelece o sentido de

- A) causa.
- B) conclusão.
- C) concessão.
- D) comparação.
- E) consequência.

QUESTÃO 03

O sal da terra

Beto Guedes

[...]

Terra, és o mais bonito dos planetas

Tão te maltratando por dinheiro, tu que és a nave nossa irmã
Canta, leva tua vida em harmonia
E nos alimenta com teus frutos, tu que és do homem a maçã
Vamos precisar de todo mundo, um mais um é sempre mais
que dois
Pra melhor juntar as nossas forças é só repartir melhor o pão
Recriar o paraíso agora para merecer quem vem depois
[...]

Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/beto-guedes/o-sal-da-terra.html>>. Acesso em: 23 out. 2017.

Na frase destacada **Terra, és o mais bonito dos planetas**, a vírgula foi empregada para isolar o

- A) adjunto adverbial.
- B) complemento.
- C) vocativo.
- D) aposto.
- E) sujeito.

QUESTÃO 04

Escrevo neste instante com algum prévio pudor por vos estar invadindo com tal narrativa tão exterior e explícita. De onde no entanto até sangue arfante de tão vivo de vida poderá quem sabe escorrer. [...]

Como é que sei tudo o que vai se seguir e que ainda o desconheço, já que o nunca vivi? É que numa rua do Rio de Janeiro peguei no ar de relance o sentimento de perdição no rosto de uma moça nordestina. Sem falar que eu em menino me criei no Nordeste. Também sei das coisas por estar vivendo. Quem vive sabe, mesmo sem saber que sabe. [...]

Proponho-me a que não seja complexo o que escreverei [...].

O que escrevo é mais do que invenção, é minha obrigação contar sobre essa moça entre milhares delas. É dever meu, nem que seja de pouca arte, o de revelar-lhe a vida. [...]

Quero antes afiançar que essa moça não se conhece senão através de ir vivendo à toa. Se tivesse a tolice de perguntar "que sou eu?" cairia estatelada e em cheio no chão. É que "que sou eu?" provoca necessidade. E como satisfazer a necessidade? Quem se indaga é incompleto.

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. p. 16-20.

Apesar de o personagem-narrador aparentar pedir desculpas ao leitor pela narrativa que apresentará, não desiste de escrever e atribui a necessidade de escrever

- A) ao intenso desejo de explicitar o ato de escrever que antes era desconhecido.
- B) ao direito exercido sobre a vida de uma jovem nordestina de sentimento perdido.
- C) à intensa vontade de exteriorizar tudo o que acontecera numa rua do Rio de Janeiro.
- D) à insistência de descrever o pudor que sente ao falar de uma conhecida moça nordestina.
- E) à intensa atração que um sentimento de ruína, de perdição, estampado no rosto de uma nordestina, exerceu sobre ele.

QUESTÃO 05

Envelhecer: com mel ou fel?

[...]

Envelhecer deveria ser como plinar. Como quem não sofre mais (tanto) com os inevitáveis atritos. Assim como a nave que sai do desgaste da atmosfera e vai entrando noutra astral, e vai silente, e vai gastando nenhum-quase combustível, flutuando como uma caravela no mar ou uma cápsula no cosmos.

Os elefantes, por exemplo, envelhecem bem. E olha que é uma tarefa enorme. Não se queixam do peso dos anos, nem da ruga do tempo e, quando percebem a hora da morte, caminham pausadamente para um certo e mesmo lugar – o cemitério dos elefantes, e aí morrem, completamente, com a grandeza existencial só aos grandes permitida.

Os vinhos envelhecem melhor ainda. Ficam ali nos limites de sua garrafa, na espessura de seu sabor, na adega do prazer. E vão envelhecendo e ganhando vida, envelhecendo e sendo amados e, porque velhos, desejados. Os vinhos envelhecem densamente. E dão prazer.

O problema da velhice também se dá com certos instrumentos. Não me refiro aos que enferrujam pelos cantos, mas a um envelhecimento atuante como o da faca. Nela o corte diário dos dias a vai consumindo. E, no entanto, ela continua afiadíssima, encaixando-se nas mãos da cozinheira como nenhuma faca nova.

Vai ver, a natureza deveria ter feito os homens envelhecerem de modo diferente. Como as facas, digamos, por desgaste, sim, mas nunca desgastante. Seria a suave solução: a gente devia ir se gastando, se gastando, se gastando até desaparecer sem dor, como quem, caminhando contra o vento, de repente, se evaporasse. E iam perguntar: cadê fulano? E alguém diria – gastou-se, foi vivendo, vivendo e acabou. Acabou, é claro, sem nenhum gemido ou resmungo.

[...]

SANT'ANNA, Afonso R. de. *Coleção melhores crônicas*. São Paulo: Global, 2003.

O narrador do texto, ao problematizar a respeito da transição para a velhice, faz alusão a três diferentes elementos, os quais, a princípio, são incompatíveis do ponto de vista semântico: o elefante, o vinho e a faca. Tendo em vista a coerência textual, assinale a alternativa que remete ao papel que esses elementos desempenham.

- A) Apresentam em comum o fato de saberem envelhecer, envelhecerem sem dor, com facilidade, sem dramas.
- B) São exemplos de estudos feitos por especialistas e pesquisadores sobre o envelhecimento dos indivíduos.
- C) São usados, por meio de exemplos, para comprovar o ponto de vista de que o homem sabe envelhecer.
- D) Exemplificam, metaforicamente, a maneira confortável do envelhecimento do homem.
- E) São usados para comprovar a infelicidade de quem está envelhecendo.

QUESTÃO 06

Faz calor. Os grandes espelhos da parede vieram da Europa no fundo do porão; cristal puro. “Tua avó fez risinhos e boquinhas, namorou dentro desse espelho”. Respondo: “minha avó nunca viu esse espelho, ela veio noutra porão”. Nesse instante chegam os músicos, três: piano, violino, bateria; o mais moço, o pianista tem quarenta anos, mas é também o mais triste, um rosto de quem vai perder as últimas esperanças, ainda tem um restinho, mas sabe que vai perdê-las num dia de calor tocando os Contos dos Bosques de Viena, enquanto lá embaixo as pessoas comem bebem suam sem ao menos por um instante levantar os olhos para o balcão onde ele trabalha com os outros dois: Stein, no violino – cinquenta e seis anos, meio século atrás: espancado com uma vara fina, trancado no banheiro, privado de comida “nem que eu morra você vai ser um grande concertista” e quando Sara, sua mãe, morreu, ele tocou Strauss no restaurante com o coração cheio de alegria – Elpídio na bateria, cinquenta anos, mulato, coloca um lenço no pescoço para proteger o colarinho, o gerente não gosta, mas ele não pode mudar de camisa todos os dias, tem oito filhos, se fosse rico – “fazia filho na mulher dos outros, mas sou pobre e faço na minha mesmo” – e todos começam, não exatamente ao mesmo tempo, a tocar a valsa da Viúva Alegre. Na mesa ao lado está o sujeito que é casado com a Miss Brasil. Todas as mesas estão ocupadas. Os garçons passam apressados carregando pratos e travessas. No ar, um grande burburinho.

Disponível em: <<http://totodenadie.blogspot.com.br/2015/07/rubem-fonseca-os-musicos.html>>. Acesso em: 17 out. 2017.

Dadas as afirmativas sobre o texto,

- I. Apesar de a narrativa não ser linear, o autor, pela sucessão de imagens que descrevem o ambiente e os personagens, cria uma relação de ideias entre cada trecho do texto.
- II. Há, no conto, a predominância da descrição e, com isso, o leitor apreende o tema: o descontentamento dos músicos.
- III. No texto, a coesão e a coerência são constituídas pela presença de elementos coesivos como o uso de pronomes e de conectivos.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) I e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) II, apenas.

QUESTÃO 07

Será um grande prazer recebê-**los** aqui em casa! Sangue bom, boas atitudes e bons momentos são virtudes que só existem em bons amigos. Abraços fraternos.

Disponível em: <<https://www.pensador.com/frase/MTQ1NDMxNg/>>. Acesso em: 24 out. 2017.

No plano sintático, o pronome em destaque funciona como

- A) complemento nominal.
- B) adjunto adnominal.
- C) adjunto adverbial.
- D) objeto indireto.
- E) objeto direto.

QUESTÃO 08



Disponível em: <<http://atividadesdesportugueseliteratura.blogspot.com.br/2016/06/exercicio-sobre-periodo-composto.html>>. Acesso em: 23 out. 2017.

Dadas as afirmativas a respeito das falas apresentadas na tirinha,

- I. No primeiro quadrinho, tem-se um período composto por subordinação.
- II. No segundo quadrinho, há quatro orações coordenadas.
- III. A expressão **dos namorados** (1º quadrinho) tem idêntica função sintática da palavra **enorme** (2º quadrinho).
- IV. O conectivo **e** (2º quadrinho) poderia ser substituído por uma vírgula, sem prejuízos de sentido.
- V. Na construção do último quadrinho, foi usado um verbo de ligação mais predicativo do sujeito.

verifica-se que estão corretas

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) IV e V, apenas.
- E) II e V, apenas.

QUESTÃO 09

O dilema entre o perdão e a vingança

Thomaz Favaro

A luta entre a sabedoria que leva à reconciliação e o desejo de retaliar é mais antiga que a civilização e continua sendo travada nos dias atuais. A lição da história é que foi através do perdão que a humanidade conseguiu interromper as espirais de violência provocadas pela vingança.

“**Enquanto** dormimos / a dor que não se dissipa / cai gota a gota sobre nosso coração / até que, em meio ao nosso desespero / e contra nossa vontade / apenas pela graça divina / vem a sabedoria.” Esses versos, escritos há 25 séculos pelo poeta grego Êsquilo, formam a mais antiga e, para muitos, a mais bela conclamação ao perdão jamais colocada em pedra, papiro, papel ou tela. [...]

A luta entre a sabedoria que leva ao perdão e o desejo de vingança, porém, é mais antiga do que a civilização e é provável que sobreviva a ela, pelos exemplos a que assistimos hoje por toda parte. [...]

Parece fazer parte do mecanismo instintivo de defesa dos seres humanos responder a um tapa com outro tapa. Os bebês fazem isso com aquele jeito inocente e angelical que torna doloroso chamar a reação de vingança. Dar a outra face é a exceção pregada, com sucesso duvidoso, há mais de 2 000 anos pelo cristianismo. [...]

Disponível em: <http://origin.veja.abril.com.br/030908/p_086.shtml>. Acesso em: 23 out. 2017.

Dadas as afirmativas a respeito do texto,

- I. Foi apresentada, no texto, uma afirmação categórica de que o desejo de vingança é inerente ao ser humano.
- II. O dilema textual consiste no embate dos seres humanos por decidir entre o vingar ou perdoar uma ofensa.
- III. A conjunção destacada **enquanto** introduz uma oração subordinada adverbial, estabelecendo uma relação de proporcionalidade.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) II, apenas.
- E) I, apenas.

QUESTÃO 10

Banana é alimento completo

A banana, uma das frutas mais consumidas no mundo na forma fresca, **é cultivada** em todas as regiões do país. **Contém hidratos de carbono**, vitaminas, minerais, carboidratos, proteínas, gordura e baixo teor calórico (de 90kcal a 120kcal/100g).

[...]

CADERNOSTEMÁTICOS. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, n. 1, nov. 2004.

Considerando que, ao compor um enunciado, são estabelecidas conexões sintáticas entre as palavras, dadas as afirmativas,

- I. A forma verbal **contém** encontra-se na 3ª pessoa do plural, a fim de concordar com o sujeito **hidratos de carbono**.
- II. Há igualdade de flexão entre o verbo **contém** e seu sujeito (de pessoa e número), assim como entre o adjetivo **cultivada** e o substantivo referente (de gênero e número).
- III. Há igualdade de flexão entre o verbo **ser** (**é**) e o sujeito; entretanto, isso não acontece com o verbo **contém** e seu sujeito.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) I e III.
- B) I e II.
- C) III.
- D) II.
- E) I.

QUESTÃO 11

Os ombros suportam o mundo

Carlos Drummond de Andrade

Chega um tempo em que não se diz mais: meu Deus.
Tempo de absoluta depuração.
Tempo em que não se diz mais: meu amor.
Porque o amor resultou inútil.
E os olhos não choram.
E as mãos tecem apenas o rude trabalho.
E o coração está seco.

[...]

Disponível em: <http://www.releituras.com/drummond_osombros.asp>. Acesso em: 16 out. 2017.

Dadas as afirmativas sobre o poema e seu título,

- I. No título do poema, há uma hipérbole que consiste no exagero proposital de fatos, atribuindo-lhes proporções fora do normal.
- II. No título do poema, está presente a figura de linguagem metonímia na palavra “ombros”, os quais substituem “pessoas”, baseando-se numa relação de parte (ombros) pelo todo (pessoas).
- III. Na primeira estrofe, a palavra **tempo** é empregada três vezes, constituindo uma figura de linguagem: repetição ou reduplicação.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) I e III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) III, apenas.
- E) II, apenas.

QUESTÃO 12



Disponível em: <<http://aprovadonovestibular.com/resumo-figuras-linguagem-exemplos-exercicios.html>>. Acesso em: 18 out. 2017.

Na gravura, alterando-se o sujeito dos verbos do período para “nós” (1ª pessoa do plural), tem-se a seguinte modificação das formas verbais:

- A) Quando sairmos desse facebook e formos estudar.
- B) Sairemos desse facebook e iremos estudar.
- C) Saíamos desse facebook e vamos estudar.
- D) Saímos desse facebook e vamos estudar.
- E) Saiais desse facebook e vades estudar.

QUESTÃO 13

Pesquisa comprova que *spinners* não aumentam concentração

Ao contrário do que se diz por aí, o brinquedo não parece turbinar o cérebro e as nossas habilidades mentais

Se você **se** encontrou com crianças ou usou qualquer rede social nos últimos meses, é praticamente impossível não ter visto os famosos *fidjet spinners*, ou *hand spinners*. São brinquedos pequenos e simples – os mais comuns têm três pontas arredondadas e um “suporte” circular para os dedos, ao meio. Você gira o *spinner* e, aí, tenta equilibrá-lo no dedo.

Disponível em: <<https://super.abril.com.br/saude/pesquisa-comprova-que-spinners-nao-aumentam-a-concentracao>>. Acesso em: 18 out. 2017.

O vocábulo destacado **se** apresenta, respectivamente, função conectiva e função sintática de

- A) conjunção subordinativa condicional e índice de indeterminação do sujeito.
- B) conjunção subordinativa condicional e parte integrante do verbo.
- C) conjunção subordinativa integrante e parte integrante do verbo.
- D) conjunção subordinativa condicional e pronome reflexivo.
- E) conjunção subordinativa causal e partícula apassivadora.

QUESTÃO 14



Disponível em: <<http://www.blogdozebrao.com.br/v1/2013/04/28/>>. Acesso em: 23 out. 2017.

Dadas as afirmativas, levando em consideração as diferentes linguagens e a construção do gênero textual em questão,

- I. A linguagem não verbal, no texto, pode ser interpretada como uma atitude de afastamento ou denúncia.
- II. A linguagem verbal é apresentada com uma oração, cujo sujeito classifica-se como indeterminado.
- III. Os elementos visuais do cartaz podem indicar que ele faz parte de uma campanha de conscientização.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) II e III.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) III.
- E) I.

QUESTÃO 15



Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/499618152391661706/>>. Acesso em: 16 out. 2017.

No quadrinho, ao substituir “é mais fácil” por “é preferível” e adequando a frase à norma gramatical, obtém-se:

- A) é preferível de que fazer melhor.
- B) é preferível do que fazer melhor.
- C) é preferível ante a fazer melhor.
- D) é preferível a que fazer melhor.
- E) é preferível a fazer melhor.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 16

Quantos números de telefone podem existir com oito dígitos se o primeiro tiver que ser sempre 5?

- A) 8×10^8
- B) 5×10^7
- C) 5×10^8
- D) 10^8
- E) 10^7

QUESTÃO 17

Considerando que os símbolos \neg , \wedge , \vee , \forall e \exists representam negação, conjunção, disjunção, quantificador universal e quantificador existencial, respectivamente, e dado o conjunto de premissas $\{\forall x (\neg P(x) \wedge Q(x))\}$, qual informação abaixo pode ser inferida?

- A) $\exists x P(x)$
- B) $\forall x Q(x)$
- C) $\forall x P(x)$
- D) $\exists x (P(x) \wedge Q(x))$
- E) $\forall x (P(x) \wedge Q(x))$

QUESTÃO 18

Considerando que os símbolos \neg , \wedge , \vee e \rightarrow representam negação, conjunção, disjunção e implicação, respectivamente, qual combinação de valores verdade resulta numa interpretação FALSA para a fórmula $(A \wedge C \wedge D) \rightarrow ((A \wedge \neg B) \vee (B \wedge \neg D))$?

- A) A e C falsos e B e D verdadeiros.
- B) A e B falsos e C e D verdadeiros.
- C) A, B e C falsos e D verdadeiro.
- D) A, B, C e D verdadeiros.
- E) A, B, C e D falsos.

QUESTÃO 19

A partir das premissas,

- I. Ana gosta de Matemática ou Carlos gosta de Física.
- II. Miguel gosta de Literatura ou Joana não gosta de História.
- III. Joana gosta de História ou Ana não gosta de Matemática.
- IV. Emerson gosta de Geografia ou Ivana gosta de Biologia.

é correto inferir:

- A) se Ana não gosta de Matemática, então Miguel gosta de Literatura.
- B) se Miguel não gosta de Literatura, então Joana gosta de História.
- C) se Emerson gosta de Geografia, então Ivana gosta de Biologia.
- D) se Miguel não gosta de Literatura, então Carlos gosta de Física.
- E) se Ana gosta de Matemática, então Carlos gosta de Física.

QUESTÃO 20

Qual das proposições abaixo pode ser inserida no conjunto de premissas $\{(2 \in (A \cap B)), (B \subseteq C), (A \subseteq B), (5 \in (B - A)), (3 \in (C - B))\}$ de forma a não criar uma contradição?

- A) $(A \cap B) = C$
- B) $3 \in (A \cup B)$
- C) $2 \in C$
- D) $5 \in A$
- E) $A = B$

QUESTÃO 21

Dadas as afirmativas,

- I. Se todo carro é branco, então necessariamente existe algum carro branco.
- II. Se existe algum estudante que está atrasado, então necessariamente existe algum estudante que não está atrasado.
- III. Se é falso que todos os livros estejam à venda, então necessariamente nenhum livro está à venda.
- IV. Se alguma casa não está ocupada, então necessariamente é falso que todas as casas estejam ocupadas.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I, II e IV.
- B) I, II e III.
- C) III e IV.
- D) II e III.
- E) I e IV.

QUESTÃO 22

Beatriz possui uma caixa contendo três tipos diferentes de amostras de perfume, com duas amostras de cada tipo, totalizando seis amostras. Considerando que Beatriz retirará da caixa três amostras, sucessivamente, sem reposição e sem olhar, qual a probabilidade de serem retiradas três amostras de tipos diferentes entre si?

- A) $2/5$
- B) $2/6$
- C) $1/9$
- D) $1/27$
- E) $1/120$

QUESTÃO 23

Considerando que os símbolos \wedge e \rightarrow representam conjunção e implicação, respectivamente, quantas interpretações da fórmula $(A \wedge B) \rightarrow (B \wedge C)$ são verdadeiras?

- A) 1
- B) 2
- C) 3
- D) 5
- E) 7

QUESTÃO 24

A partir das premissas,

- I. Pedro vai ao cinema ou Adriana vai ao dentista.
- II. Berto vai ao teatro ou Michele não vai à aula.
- III. Michele vai à aula ou Adriana não vai ao dentista.

é correto afirmar que

- A) Michele não vai à aula ou Adriana não vai ao dentista.
- B) Michele não vai à aula ou Pedro não vai ao cinema.
- C) Pedro não vai ao cinema ou Berto vai ao teatro.
- D) Michele vai à aula ou Adriana vai ao dentista.
- E) Pedro vai ao cinema ou Berto vai ao teatro.

QUESTÃO 25

Sabe-se que um time de futebol de salão é composto por quatro jogadores e um goleiro. Sabe-se também que, de um grupo de 9 pessoas, três jogam apenas na posição de goleiro enquanto as demais jogam apenas se não forem goleiros. Considerando apenas duas posições (ser ou não goleiro), de quantas formas distintas é possível formar um time?

- A) 45
- B) 30
- C) 18
- D) 15
- E) 12

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

Segundo a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, a contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, é caso de

- A) licitação na modalidade Tomada de Preços.
- B) licitação na modalidade Concorrência.
- C) licitação na modalidade Convite.
- D) inexigibilidade de licitação.
- E) dispensa de licitação.

QUESTÃO 27

Dadas as afirmativas a respeito do direito de greve,

- I. A lei poderá restringir o direito de greve que é assegurado aos policiais civis e aos servidores públicos que atuam diretamente na área de segurança pública, desde que não impeça o exercício desse direito constitucional.
- II. Salvo nos casos em que a greve foi provocada por fato ilícito do Poder Público, a Administração Pública deve descontar os dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, permitida a compensação em caso de acordo.
- III. Compete à Justiça do Trabalho julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas das autarquias e das fundações públicas.
- IV. Compete à Justiça Comum, Federal ou Estadual julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Administração pública direta.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I, III e IV.
- B) I, II e III.
- C) III e IV.
- D) II e IV.
- E) I e II.

QUESTÃO 28

Considere a situação hipotética: José foi notificado para o pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) relativo a imóvel de sua propriedade situado no Município X. Por discordar dos valores cobrados, impugnou administrativamente a exigência. Antes, porém, que a matéria fosse definitivamente decidida na via administrativa, José ajuizou uma ação judicial para anular a cobrança. Nesse caso, de acordo com a Lei de Execuções Fiscais, o ajuizamento da ação implica

- A) impedimento à propositura de execução fiscal.
- B) suspensão da exigibilidade do crédito.
- C) obstáculo à inscrição em dívida ativa.
- D) renúncia à esfera administrativa.
- E) extinção do crédito tributário.

QUESTÃO 29

Para o controle da atividade financeira do Estado, os Tribunais de Contas devem alertar a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, se houver, quando constatarem

- A) que os montantes das operações de crédito, do refinanciamento da dívida imobiliária e da concessão de garantia se encontram acima de 90% dos seus respectivos limites.
- B) que, ao final de um trimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas nas Metas Fiscais.
- C) fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.
- D) que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 70% do limite estabelecido em lei.
- E) que os gastos com inativos e pensionistas se encontram abaixo do limite definido em lei.

QUESTÃO 30

Um contribuinte foi notificado a pagar tributo devido em 23 de abril de 2016, mas resolveu entrar com recurso administrativo alegando erro de cálculo. Protocolado o recurso em 22 de maio de 2016, sendo julgado em primeira instância como improcedente em 11 de novembro de 2016. Em 14 de novembro de 2016, o contribuinte tomou ciência da decisão e resolveu entrar com um novo recurso, o qual deverá ser protocolado em

- A) 30 dias a partir da ciência da decisão, podendo ser total ou parcial, e terá efeito suspensivo.
- B) 30 dias a partir da ciência da decisão, podendo ser total ou parcial, e terá efeito devolutivo.
- C) 15 dias a partir da ciência da decisão, podendo ser total ou parcial, e terá efeito devolutivo.
- D) 15 dias a partir da ciência da decisão, podendo ser total ou parcial, e terá efeito suspensivo.
- E) 10 dias a partir da ciência da decisão, podendo ser total ou parcial, e terá efeito suspensivo.

QUESTÃO 31

A Lei Estadual nº 5.965/1997 dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos para o Estado de Alagoas. De acordo com esse diploma normativo, compete ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos:

- A) estabelecer os critérios gerais e as normas para a outorga de direitos de uso dos recursos hídricos, para a cobrança pelo seu uso e pelo rateio das obras de aproveitamento múltiplo ou interesse comum.
- B) outorgar os direitos de uso de recursos hídricos, regulamentar e fiscalizar os usos no âmbito de sua competência.
- C) fiscalizar e efetuar a cobrança pelo uso de recursos hídricos no Estado de Alagoas.
- D) implantar e gerir o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos.
- E) revogar direito de uso de água, mediante procedimentos próprios.

QUESTÃO 32

STF discutirá liberdade religiosa em fotos para documentos de identificação

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) irá analisar se, em nome da liberdade religiosa, pode-se afastar obrigação imposta a todos quanto a requisitos para fotografia em documento de identificação civil. O tema é objetivo do Recurso Extraordinário (RE) 859376, que teve repercussão geral reconhecida nos termos da manifestação do relator, ministro Luís Roberto Barroso.

A União, autora do recurso, questiona decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que reconheceu o direito ao uso de hábito religioso em foto para a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), afastando aplicação de dispositivo da Resolução 192/2006 do Contran, que proíbe a utilização de óculos, bonés, gorros, chapéus ou qualquer outro item de vestuário ou acessório que cubra a cabeça ou parte da face.

[...]

Ao se manifestar pelo reconhecimento da repercussão geral da matéria discutida no recurso, o ministro Luís Roberto Barroso afirmou que a questão constitucional consiste em definir se uma obrigação relacionada à identificação civil pode ser excepcionada pela liberdade religiosa assegurada pelo artigo 5º, inciso VI, da Constituição. Segundo o ministro, a padronização dos procedimentos para a emissão de documentos de identidade é um mecanismo indispensável à promoção da segurança pública, na medida em que minimiza as possibilidades de fraude e incrementa a ação estatal na persecução penal. Porém, a identificação civil, como qualquer ato estatal, encontra limites nos direitos e liberdades individuais.

“Dessa forma, os meios eleitos pelo Estado para certificar a identidade civil não podem desconsiderar a existência de uma liberdade individual de consciência e de crença. É certo, porém, que o exercício dessa liberdade impõe, por vezes, o uso de indumentária que, embora fundamental à preservação da identidade social e religiosa, pode ser incompatível com o padrão estabelecido para a fotografia de documentos de habilitação e identificação civil”, afirmou Barroso. O ministro observou que, no caso em questão, a promoção dos valores coletivos da segurança pública e jurídica frente à liberdade religiosa pressupõe avaliar se há um interesse comunitário no cumprimento por religiosos das restrições para a foto na CNH. Mais do que isso, é necessário apurar se o descumprimento dessas restrições importa em risco ao direito de terceiros.

[...]

“Os limites que podem ser razoavelmente impostos às liberdades individuais em nome da preservação do valor comunitário dependem do contexto de cada comunidade e, sobretudo, do exame concreto da repercussão política, social, jurídica e econômica da solução encontrada para aquela coletividade”, assinalou.

A manifestação do relator foi seguida por unanimidade em deliberação no Plenário Virtual do STF. O mérito do caso será julgado pelo Plenário, ainda sem data definida.

Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portall/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=351918>>.
Acesso em: 04 ago. 2017 (adaptado).

Em termos práticos, o reconhecimento da repercussão geral da matéria no Supremo Tribunal Federal significa que

- A) todos os feitos, em qualquer grau de jurisdição, com idêntica controvérsia, devem ficar imediatamente paralisados até que transite em julgado a decisão de mérito do processo-paradigma no Supremo Tribunal Federal.
- B) os recursos extraordinários com idêntica questão constitucional devem ficar sobrestados na origem, aguardando o julgamento do processo-paradigma no Supremo Tribunal Federal.
- C) todos os recursos extraordinários com idêntica questão constitucional devem ser automaticamente admitidos pelos Tribunais de origem para julgamento no Supremo Tribunal Federal.
- D) nenhum outro tribunal do País poderá julgar a matéria enquanto o Supremo Tribunal Federal não julgar o mérito do processo-paradigma selecionado.
- E) todos os recursos extraordinários com idêntica questão constitucional devem ser automaticamente inadmitidos pelos Tribunais de origem.

QUESTÃO 33

A Emenda Constitucional nº 45/2004 trouxe mudanças relevantes para o Poder Judiciário e ampliou de forma considerável a competência da Justiça do Trabalho, especialmente pela alteração do Art. 114 da Constituição Federal. Dadas as afirmativas acerca dessas mudanças e da competência atual da Justiça do Trabalho,

- I. A Justiça do Trabalho é competente para executar de ofício as contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das suas decisões e também dos acordos por ela homologados.
- II. Após a EC nº 45/2004, compete à Justiça do Trabalho julgar as ações de indenização por danos morais decorrentes de acidentes de trabalho propostas por empregado contra empregador.
- III. Compete à Justiça do Trabalho, após a EC nº 45/2004, julgar as ações acidentárias propostas pelo segurado contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), visando à prestação de benefícios relativos a acidentes de trabalho.
- IV. Não compete à Justiça do Trabalho julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada, visto que se trata de relação de direito civil.
- V. Após a EC nº 45/2004, compete à Justiça do Trabalho as ações ajuizadas contra entidades privadas de previdência com o propósito de obter complementação de aposentadoria, tendo em vista tratar-se de ação oriunda de relação de trabalho.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e II.
- B) I, II e III.
- C) I, IV e V.
- D) III, IV e V.
- E) II, III, IV e V.

QUESTÃO 34

Dadas as afirmativas a respeito das definições em torno da dívida pública,

- I. Dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado em duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a seis meses.
- II. Operação de crédito é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens e outras operações semelhantes, exceto com o uso de derivativos financeiros.
- III. Concessão de garantia é a assunção de inadimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada, para fins de remissão de dívida.
- IV. Refinanciamento da dívida mobiliária é a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II, III e IV.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) IV, apenas.

QUESTÃO 35

Segundo a doutrina majoritária, a respeito da permissão de serviço público, é correto afirmar:

- A) é a delegação da prestação de serviços públicos feita pelo poder público à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, formalizada por contrato de gestão, a título precário e mediante licitação.
- B) é a delegação da prestação de serviços públicos feita pelo poder público à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por contrato de adesão, a título precário e mediante licitação.
- C) é a delegação de ato administrativo precário, unilateral, discricionário e que tem como função consentir com o uso de um bem público ou viabilizar a prática de uma atividade por um particular.
- D) é a delegação da prestação de serviços públicos feita pelo poder público à pessoa de direito privado, mediante licitação, e ao pagamento de tarifa diretamente pelo usuário ao prestador.
- E) é a delegação da prestação de serviços públicos feita pelo poder público à pessoa jurídica, formalizada por contrato de adesão, a título precário, sendo dispensada a licitação.

QUESTÃO 36

De acordo com a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder, por receita corrente líquida nos municípios, o percentual de

- A) 60%, sendo 10% para o legislativo e 50% para o executivo.
- B) 60%, sendo 8% para o legislativo e 52% para o executivo.
- C) 60%, sendo 6% para o legislativo e 54% para o executivo.
- D) 50%, sendo 6% para o legislativo e 44% para o executivo.
- E) 50%, sendo 5% para o legislativo e 45% para o executivo.

QUESTÃO 37

A Lei Complementar nº 110/2001 instituiu, no Art. 1º, contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado sem justa causa, à alíquota de dez por cento sobre o montante de todos os depósitos devidos, referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, durante a vigência do contrato de trabalho, acrescido das remunerações aplicáveis às contas vinculadas. De acordo com a interpretação do Supremo Tribunal Federal, esse tributo é

- A) constitucional e, apesar da literalidade do texto legal, foi considerada como contribuição da espécie contribuição de intervenção no domínio econômico, com fundamento no Art. 149 da Constituição Federal.
- B) inconstitucional, porque as contribuições sociais são apenas as taxativamente previstas no texto constitucional, especialmente no Art. 195 da Constituição Federal.
- C) inconstitucional, porque é destinada a custear dispêndios da União acarretados por decisão judicial, finalidade não autorizada pelo texto constitucional em vigor.
- D) constitucional, porque se trata de contribuição social geral, instituída com base no Art. 149 da Constituição Federal, não destinada à seguridade social.
- E) inconstitucional, visto que novas contribuições somente podem ser instituídas por meio de lei ordinária.

QUESTÃO 38

Atualmente, para a interpretação das normas constitucionais, são usados os chamados métodos modernos de interpretação, mais complexos e integrados, balizados pelo pensamento de grandes juristas. A propósito, um desses métodos pressupõe que não se pode separar o programa normativo constitucional da realidade social. Esse método é conhecido como

- A) método de comparação constitucional, defendido, dentre outros, por Peter Häberle.
- B) hermenêutico-concretizador, defendido por Hans-Georg Gadamer.
- C) normativo-estruturante, defendido por Friedrich Muller.
- D) tópico problemático, defendido por Theodor Viehweg.
- E) científico-espiritual, defendido por Rudolf Smend.

QUESTÃO 39

Sobre o controle jurisdicional de constitucionalidade, da forma que é atualmente concebido, no que se refere especificamente ao controle das leis e dos atos normativos municipais, é correto afirmar:

- A) o nosso sistema constitucional não admite o controle abstrato de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Federal.
- B) o Supremo Tribunal Federal reconhece a prefeito municipal legitimidade ativa para o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade de leis municipais.
- C) é permitida, no ordenamento positivo brasileiro, a ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal, quando impugnada 'in abstracto' em face da Constituição Federal.
- D) cabe ao Supremo Tribunal Federal efetuar, em sede de recurso extraordinário, a fiscalização normativa concreta de leis e atos municipais, em face da Constituição Federal.
- E) o controle abstrato de lei municipal dar-se-á por representação de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal ou o Tribunal de Justiça, desde que o paradigma de confronto invocado pelo autor repouse na Constituição Federal.

QUESTÃO 40

Considere a situação hipotética: Pedro figura no polo passivo da execução fiscal ajuizada pelo Município X para a cobrança do montante de R\$ 50.000,00, a título de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) relativo a imóvel de sua propriedade referente aos anos de 2008, 2009 e 2010. Em sua defesa, Pedro pretende alegar que os débitos já foram alcançados pela prescrição antes mesmo da propositura da execução fiscal. Quanto aos meios de defesa que podem ser empregados pelo executado na cobrança de crédito tributário, é correto afirmar:

- A) a alegação de prescrição e decadência somente pode ser veiculada por ação anulatória própria, precedida do depósito preparatório do valor do débito monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.
- B) é cabível oposição de embargos, independentemente de garantia do juízo, suspendendo-se automaticamente a execução fiscal, com fundamento no novo Código de Processo Civil.
- C) a discussão judicial da dívida ativa da Fazenda Pública somente é admissível em execução fiscal, mediante oposição de embargos, na forma e nos termos da lei.
- D) é cabível exceção de pré-executividade no caso para que o magistrado reconheça a ocorrência de prescrição, visto que a matéria não requer dilação probatória.
- E) a alegação de prescrição não pode ser veiculada sem prévia garantia do juízo, qualquer que seja o meio de defesa escolhido pelo executado.

QUESTÃO 41

O Código Civil em vigor define *bem de família* como prédio residencial urbano ou rural, com suas pertencas e acessórios, destinando-se em ambos os casos a domicílio familiar. Dadas as afirmativas quanto ao regime jurídico do bem de família legal ou convencional,

- I. O bem de família, se legal, é isento de execução por dívida decorrente de fiança concedida em contrato de locação, salvo se o proprietário expressamente abrir mão do benefício.
- II. O bem de família legal é isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição, inclusive as tributárias, mas não das que provierem de tributos relativos ao prédio, ou de despesas de condomínio.
- III. A impenhorabilidade do bem de família legal pode ser oposta inclusive à cobrança de créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias.
- IV. São alcançados pela impenhorabilidade do bem de família legal os veículos de transporte e obras de arte, desde que situadas no bem de família.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) III, apenas.

QUESTÃO 42

Um contribuinte prestador de serviços, deixando de pagar um tributo e esgotado o prazo legal de pagamento, teve a inscrição de seu débito em dívida ativa. Em recurso administrativo, o devedor alega a nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente por ausência do número do processo administrativo correspondente. Nesse contexto, é correto afirmar:

- A) o recurso não deve prosperar, pois a inscrição na dívida ativa é automática após o último prazo para pagamento; portanto, independe de abertura de processo administrativo antecedente.
- B) o recurso deve prosperar, pois o número do processo administrativo ou do auto de infração de que se originar o crédito tributário é requisito obrigatório para a inscrição na dívida ativa.
- C) o recurso pode prosperar, pois o número do processo administrativo de que se originar o crédito tributário não é requisito para a inscrição na dívida ativa, mas fere o princípio do contraditório e da ampla defesa.
- D) o recurso não deve prosperar, pois o número do processo administrativo de que se originar o crédito tributário, apesar de ser requisito para a inscrição na dívida ativa, pode ser dispensado nos casos de falta de pagamento.
- E) o recurso deve prosperar, pois o número do processo administrativo de que se originar o crédito tributário, a identificação do contribuinte e a quantia devida são os únicos requisitos fundamentais para a inscrição na dívida ativa.

QUESTÃO 43

Um passageiro teve sua bagagem extraviada em voo internacional, São Paulo-Miami. No retorno ao Brasil, ajuizou uma ação contra a companhia aérea, requerendo o pagamento de indenização por danos morais e materiais, com fundamento no Código de Defesa do Consumidor e na Constituição Federal. Considerando a legislação em vigor e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

- A) o consumidor faz jus apenas ao pagamento de indenização por danos materiais proporcionais ao agravo sofrido, visto que a indenização por danos morais é expressamente afastada por tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal.
- B) o consumidor não faz jus ao pagamento de qualquer indenização, visto que o extravio de bagagem é risco inerente ao transporte internacional, como estabelecem as normas e tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros.
- C) a indenização pelos danos materiais sofridos não é irrestrita, é limitada ao patamar máximo fixado por normas e tratados internacionais de que é signatário o Brasil, afastando-se a aplicação do Código de Defesa do Consumidor no caso.
- D) o consumidor faz jus à indenização proporcional aos danos morais e materiais que sofreu, com fundamento no Código de Defesa do Consumidor, inaplicável qualquer disposição legal em sentido contrário.
- E) o valor da indenização por danos morais a que faz jus o consumidor deve ser fixado, considerando-se apenas o peso da bagagem despachada, na forma das Convenções de Varsóvia e Montreal.

QUESTÃO 44

Considere a situação hipotética: Paulo foi autuado pela Fazenda Pública Municipal do Município X para o pagamento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) relativo à atividade empresarial que exerce de locação de maquinário e andaimes para a construção civil. Além do imposto, a Fazenda pretende cobrar-lhe multa. Paulo entende que a cobrança é indevida e recorre ao Poder Judiciário. Nesse caso, é correto afirmar:

- A) Paulo deve impetrar mandado de segurança, única medida judicial cabível na hipótese descrita, tendo em vista a natureza jurídica da controvérsia jurídica posta.
- B) o ajuizamento de ação anulatória por parte de Paulo requer o depósito prévio dos valores cobrados pela Fazenda, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito.
- C) a impugnação administrativa impede o ajuizamento de ação judicial, que não poderá ser utilizada pelo contribuinte antes da decisão administrativa definitiva.
- D) o ajuizamento de ação anulatória por parte de Paulo não impede o prosseguimento da cobrança do crédito por parte da Fazenda Municipal.
- E) a obtenção de liminar em mandado de segurança por parte de Paulo impede a realização de lançamento tributário por parte da Fazenda Municipal.

QUESTÃO 45

No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4983, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou a constitucionalidade de lei estadual que disciplinava a vaquejada como atividade desportiva e cultural. Considerando a posição adotada pelo STF nesse julgado e as normas relativas à proteção do meio ambiente no Brasil, assinale a alternativa correta.

- A) O STF reconheceu, no julgamento, o valor cultural de práticas como a vaquejada e o rodeio que, embora exponham animais a risco, são bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e devem ser objeto de proteção.
- B) A decisão do STF considerou a vaquejada uma prática intrinsecamente cruel e, por isso, não passível de regulamentação no plano infraconstitucional, como pretendia o Estado-membro, cuja lei foi impugnada.
- C) Corroborando o julgamento do STF, o Congresso Nacional elevou os fundamentos da decisão ao plano constitucional, com a Emenda Constitucional nº 96/2017, para proibir o uso de animais em competições esportivas.
- D) De acordo com o entendimento majoritário do STF, a prática de vaquejada não pode ser realizada com intuito comercial, mas apenas como prática desportiva amadora.
- E) De acordo com o entendimento majoritário do STF, a vaquejada carece de regulamentação legal, sem a qual não pode ser realizada licitamente no país.

QUESTÃO 46

Dadas as afirmativas a respeito do Imposto Sobre Serviços (ISS),

- I. Incide o ISS sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.
- II. O ISS não incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- III. Todos os serviços regulados pela lei como fatos geradores de ISS não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), salvo nos casos em que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.
- IV. Também não incide ISS sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II, III e IV.
- B) I, III e IV, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II, apenas.

QUESTÃO 47

Um Município deseja renunciar a receita tributária do IPTU de moradias populares de pequeno valor. Para tal, deve adotar determinado procedimento. Acerca desse procedimento, assinale a alternativa correta.

- A) O Município deve, através de exclusão de crédito promovida pelo chefe do executivo, proporcionar a renúncia, podendo equilibrar a receita municipal com o aumento da carga tributária em outro setor.
- B) O Município deve, através de imunidade promovida pelo chefe do executivo, proporcionar a renúncia, podendo equilibrar a receita municipal com o aumento da carga tributária em outro setor.
- C) O Município deve, através de remissão promovida pelo legislativo local, proporcionar a renúncia, não podendo aumentar a carga tributária em outro setor, em razão da renúncia.
- D) O Município deve, através de anistia promovida pelo legislativo local, proporcionar a renúncia, não podendo aumentar a carga tributária em outro setor, em razão da renúncia.
- E) O Município deve, através de isenção promovida pelo chefe do executivo, proporcionar a renúncia, podendo equilibrar a receita municipal com o aumento da carga tributária em outro setor.

QUESTÃO 48

A Constituição Federal de 1988 assegura diversos direitos aos trabalhadores urbanos e rurais. Quanto ao prazo para cobrança dos créditos resultantes das relações de trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) O prazo prescricional para cobrança de créditos relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é de trinta anos, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- B) A Lei nº 13.467/2017 alterou a Consolidação das Leis do Trabalho, reduzindo de trinta para três anos o prazo prescricional para cobrança dos débitos relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- C) Aplica-se a prescrição trintenária aos créditos decorrentes da relação de trabalho relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nos termos do Art. 7º da Constituição Federal.
- D) Segundo o Supremo Tribunal Federal, aplica-se à cobrança de valores não pagos a título de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o prazo prescricional quinquenal.
- E) O prazo prescricional, em matéria trabalhista, é de cinco anos para os trabalhadores urbanos e de dois anos para os rurais, nos termos da lei.

QUESTÃO 49

Dadas as afirmativas sobre os recursos em processo administrativo regulados pela Lei Estadual nº 6.161/2000,

- I. Das decisões administrativas cabe recurso, fundamentando-se nos requisitos de legalidade e de mérito.
- II. O recurso administrativo tramitará, no máximo, por duas instâncias administrativas.
- III. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo os cidadãos ou os sindicatos quanto a direitos ou interesses coletivos.
- IV. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II, III e IV.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I e IV, apenas.
- E) I, apenas.

QUESTÃO 50

O prefeito de um município decide alterar o expediente e a conduta funcional dos comissionados da prefeitura. O ato administrativo adequado para proceder tais alterações, segundo o direito administrativo brasileiro, é o

- A) Ato Enunciativo.
- B) Ato Ordinatório.
- C) Ato Normativo.
- D) Ato Negocial.
- E) Ato Punitivo.

ATENÇÃO!

O candidato está **proibido** de **destacar** esta folha com o **gabarito**, sob pena de **eliminação** do processo. Somente o **Fiscal de Sala** está autorizado a fazer isso no momento da saída do candidato em definitivo do Local de Prova.

Gabarito do Candidato

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	

EDITAL Nº 01/2017 – Município de Barra de São Miguel/AL

7.1. A COPEVE/UFAL divulgará o gabarito preliminar, juntamente com as Provas Objetivas, no endereço eletrônico: www.copeve.ufal.br, na data provável de **26/12/2017**, a partir das 21h00.

GABARITO OFICIAL

www.copeve.ufal.br

REALIZAÇÃO



www.ufal.edu.br



Você confia no resultado!

www.copeve.ufal.br



www.fundepes.br



Município de Barra de São Miguel - Alagoas